



À SEGES/GCL/CCL,

Considerando as impugnações e os questionamentos ao edital apresentados por Litucera Limpeza e Engenharia Ltda., advogado Quirino Ferreira, Start Construções e Serviços Eireli e Licita Designer;

Considerando as informações prestadas pela empresa de consultoria Modus Engenharia Ltda, contratada para a elaboração da planilha de composição de custos, e pela área técnica da Gerência de Áreas Verdes;

Encaminhamos, de forma compilada, todas as respostas, para prosseguimento do certame.

1) DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA POR LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA

1.1 Das convenções coletivas de trabalho:

Está correto o entendimento da empresa de que foram utilizados, para a confecção do orçamento, as CCTs registradas perante o MTE sob os n.ºs ES000001/2022 para as funções operacionais e ES000215/2021 para os motoristas.

1.2 Das convenções coletivas de trabalho vigentes:

Foram utilizadas, portanto, as convenções coletivas de trabalho vigentes para a elaboração do orçamento.

1.3 Do adicional noturno:

No cálculo do adicional noturno foram utilizadas a legislação de regência e as convenções coletivas de trabalho vigentes.

1.4 Dos adicionais de insalubridade e periculosidade:

Estes adicionais foram calculados conforme a Norma NR 15, da Portaria 3214/78, no entanto, atualmente para a prestação do serviço de manutenção de



áreas verdes, os colaboradores não recebem os adicionais além dos previstos na CCT.

1.5 Do salário do porteiro:

A função de porteiro não é demandada pelo Projeto Básico da presente licitação, razão pela qual o salário do porteiro estabelecido na tabela da planilha não influencia no valor final da composição de custos.

Ainda assim, as funções não demandadas pela Administração Pública foram retiradas da tabela de salários, a fim de evitar confusão.

2) DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELO ADVOGADO QUIRINO FERREIRA

2.1 Da exigência do cadastro no Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF (Item 4.2):

O impugnante questiona a exigência de autorização prévia expedida pelo IDAF para a contratada como aplicador de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins.

Não obstante não sejam utilizados produtos agrotóxicos e herbicidas na execução do serviço de manutenção de áreas verdes, são utilizados os domissanitários para controle de doenças ou pragas.

Portanto, para a utilização destes produtos, é necessária a autorização prévia expedida pelo órgão ambiental competente.

2.2 Composições de preços unitários (Anexo II) (item 4.3.2):

O impugnante questiona em qual item ou subitem da planilha relativa à composição do BDI está considerada a Administração Local.

De acordo com a empresa de consultoria Modus Engenharia e Serviços Ltda, a administração local está incluída no subitem “administração central” do BDI, conforme recomendações do TCEES.



2.3 Área Livre – (Subitem 8.2 Anexo II – Composição de preços de preços unitários) (item 4.3.2):

Questiona-se na impugnação a suposta contradição entre a exigência de dois veículos para a execução dos serviços de área livre no Projeto Básico (item 23.7.5) e a previsão de apenas um veículo na planilha de composição de custos.

Conforme apontado pela empresa de consultoria Modus Engenharia Ltda, não há qualquer equívoco. A planilha de composição de custos unitários tem uma aba específica para cada equipe de área livre, sendo previsto conforme dimensionamento no projeto básico, 02 (dois) caminhões, sendo 01 (um) por equipe, da seguinte maneira:

1 (um) caminhão para a “Área Livre 1”, considerando todo o serviço, e 01 (um) caminhão para a “Área Livre 2”, considerando a não execução do pavimento.

2.3 Rodagem dos Pneus (Anexo II – Composição de custos) (item 4.3.3):

Questiona-se a estimativa de vida útil dos pneus de caminhão leve utilizada para fins de composição de custos, aduzindo que o cálculo superestima a capacidade de rodagem dos pneus.

Requer o recálculo dos custos previstos para a rodagem dos pneus, a fim de se adequar às reais capacidades de rodagem, conforme orientação da Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus.

Segundo informa a empresa de consultoria Modus Engenharia, a previsão dos custos relativos ao modelo dos pneus (sem câmara), e a vida útil destes, foi realizado considerando informações da vida útil de pneus constantes da planilha da Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP (<http://www.antp.org.br/planilha-tarifaria-custos-do-servico-onibus/planilhaexcel.html>) e da tabela do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes – GEIPOT (http://geipot.gov.br/Estudos_Realizados/cartilha01/ANEXO%20I.htm).



Nesse sentido, a composição feita para a rodagem dos pneus está adequada à capacidade de rodagem relativa à prestação de serviços objeto do certame, não sendo necessário o recálculo, eis que em conformidade com as orientações da Controladoria-Geral do Município.

2.4 Anexo II – Composição de custos (item 4.3.4):

O impugnante questiona suposta contradição entre a ausência de previsão, no Projeto Básico, de martelete rompedor e gerador de energia, considerados para a composição de custos na aba Plantio de árvores – mudas pequenas > 1,8 < 3,9m em área pavimentada (subitem 1.1).

No entanto, em razão da impugnação apresentada pelo causídico datada de 03/02/2022, o Projeto Básico foi alterado para previsão dos respectivos itens mencionados.

Não havendo necessidade de alteração no Projeto Básico, eis que a correção já foi anteriormente realizada.

2.5 Anexo Projeto Básico (item 4.3.5):

O impugnante questiona o número de trabalhadores integrantes da equipe de retirada de árvores tipos 1, 4, 7 e 10 (subitem 23.2.4), no que diz respeito à capacidade de transporte de passageiros do veículo previsto para esta equipe, a saber, um caminhão com cabine suplementar.

De fato, a equipe é composta por nove trabalhadores, enquanto o caminhão, com a cabine suplementar, tem a capacidade de transportar nove trabalhadores neste cálculo sendo incluído o motorista.

Contudo, o pedreiro e o ajudante de pedreiro, em que pese integrem a equipe de retirada de árvores, não se transportam com a equipe de jardineiros, considerando que executam seus serviços em momentos distintos.



O pedreiro e ajudante de pedreiro são transportados com a equipe de veículos, enquanto os jardineiros e supervisor de turma se deslocam no caminhão com cabine suplementar, conforme estabelecido no item 23.10.7 do Projeto Básico, que ora transcrevemos:

23.10.7 Essa equipe deverá dar apoio a outras equipes, como: Paisagismo, Área Livre, Retirada, Plantio, Manutenção de Parques, Produção de Mudas, Poda de Gramado. Ao final de cada mês deverá ser apresentado pela contratada relatório diário das atividades desenvolvidas por cada veículo, em que conste: o dia; a carga transportada; pontos de coleta e destino, hora início e hora do término do serviço.

Portanto, não há que se falar em insuficiência no dimensionamento de veículos.

2.6 Anexo II – Composições de custos (item 4.3.6):

O impugnante questiona suposta contradição entre a ausência de previsão, no Projeto Básico, de martelete rompedor e gerador de energia, considerados para a composição de custos na aba Área livre (subitem 8.1).

No entanto, consta no Projeto Básico, no subitem 23.7.6, relativo às ferramentas, equipamentos e materiais a serem utilizados na execução dos serviços de área livre, a previsão do rompedor de concreto 10kg, que se trata, justamente, do martelete rompedor orçado na planilha de composição de custos.

O gerador de energia é item complementar indispensável ao funcionamento do rompedor.

Portanto, não há necessidade de qualquer correção.

2.7 Anexo II – Composições de custos (itens 4.3.7 e 4.3.8):

O impugnante requer a atualização da tabela no que diz respeito ao preço dos combustíveis diante da defasagem ocasionada pela elevação vertiginosa dos preços praticados no mercado.



Conforme informação da Modus Engenharia, os valores utilizados referem-se aos preços praticados na data base das composições, portanto, não se torna viável que, a cada aumento de combustíveis, tenha-se que suspender uma licitação deste porte para que os cálculos sejam refeitos devido à defasagem dos preços orçados, sendo que há previsão no edital de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, conforme redação abaixo:

CLÁUSULA NONA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, além de obedecer aos requisitos previstos no artigo 65, inciso II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993, será proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do contrato para mais ou para menos, respectivamente.

8.2. O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos neste Edital, em especial nas seguintes hipóteses:

- a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;
- b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de entrega dos envelopes e declarações complementares ou posterior à expiração da vigência do contrato;
- c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;
- d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;
- e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento.
- f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

Corroborando com o tema, o TCU assim se posicionou:

Não há óbice à concessão de reequilíbrio econômico-financeiro visando à revisão (ou recomposição) de preços de itens isolados, com fundamento no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/1993, desde que estejam presentes a imprevisibilidade ou a previsibilidade de efeitos incalculáveis e o impacto acentuado na relação contratual (teoria da imprevisão); e que haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos relevantes que possam impactar o valor do contrato.



Acórdão TCU nº 1.604/15 Plenário (Relator: Ministro Augusto Nardes).

Portanto, diante da volatilidade do preço dos combustíveis e considerando a previsão editalícia de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, este custo na planilha não sofrerá alterações.

A impugnação do douto advogado deve ser, portanto, integralmente desprovida.

3) DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA START CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

3.1 Do erro no cálculo da vigência contratual

Seges

3.2 Do erro na denominação da mão-de-obra:

A impugnante sustenta que deve ser corrigida a nomenclatura da função denominada “ajudante” e o valor estipulado para o salário, na planilha de composição de custos unitários, no item 5.1.1, relativo à irrigação – período diurno.

Aduz que correto seria denominar como jardineiro, fixando o salário de R\$1.686,00 (mil seiscentos e oitenta e seis reais), conforme previsto na CCT registrada.

De acordo com o a empresa de consultoria Modus Engenharia Ltda, a nomenclatura adotada em nada interfere nas atividades desempenhadas e as composições feitas consideram corretamente a remuneração e benefícios concedidos pela Convenção Coletiva de Trabalho das categorias.

3.3 Da incompatibilidade de preços

3.3.1 Do valor do lanche:

A impugnante questiona o valor estipulado para o cálculo do cartão alimentação, uma vez que na composição de custos foi definido para o lanche o valor de R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos), ao passo que na Convenção Coletiva



de Trabalho foi definido o valor de R\$4,30 (quatro reais e trinta centavos) por dia trabalhado.

Considerando o Termo Aditivo à CCT ES000001/2022, registrado perante o Ministério do Trabalho sob o n.º ES00115/2022, a planilha de composição de custos foi atualizada para prever o valor de R\$4,30 (quatro reais e trinta centavos) por dia trabalhado a ser depositado em cartão alimentação.

3.3.2 Do vale-transporte

Do mesmo modo, a impugnante sustenta que há incompatibilidade nos valores estipulados na planilha para o transporte, de R\$4,00 (quatro reais), com relação ao valor do transporte público na Grande Vitória, que desde fevereiro do ano corrente vigora o valor de R\$4,20 (quatro reais e vinte centavos).

A composição de custos foi alterada para compreender o valor atualizado da passagem no transporte público da Grande Vitória.

4) DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA LICITA DESIGNER

4.1 Da modalidade de licitação:

Seges

4.2 Da vigência contratual:

Seges

4.3 Da gestão do contrato:

Seges

4.4 Do equívoco na nomenclatura da mão-de-obra:

De acordo com o a empresa de consultoria Modus Engenharia Ltda, a nomenclatura adotada em nada interfere nas atividades desempenhadas e as composições feitas consideram corretamente a remuneração e benefícios concedidos pela Convenção Coletiva de Trabalho das categorias.



4.5 Do serviço de compostagem

A Impugnante requereu a inclusão do serviço de compostagem de resto de vegetais no rol de serviços contratados, sustentando que somente assim será realizada a destinação correta dos resíduos, bem como que o Município seria beneficiado com a adubação.

A compostagem permanece prevista no Projeto Básico, conforme consta nos itens 23.2.6.2 e 23.10.7.

Os resíduos resultantes da prestação do serviço de manutenção de áreas verdes serão encaminhados à Unidade de Transbordo de Vitória, administrada pela Gerência de Resíduos, Beneficiamento e Destinação, da Assessoria Especial da Central de Serviços, que, por discricionariedade da Administração, realizará a trituração ou compostagem, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.6 Da inclusão de insumos em planilha separada

A impugnante requer a inclusão de planilha separada com a previsão dos custos unitários de todos os insumos utilizados na execução do serviço ora licitado.

Os insumos estão devidamente previstos e orçados na planilha de composição de custos, não sendo necessária a inclusão de uma aba específica para tais produtos.

Não obstante a isso, nada impede que as empresas concorrentes apresentem, em sua proposta, planilhamento detalhado para os insumos.

4.7 Do levantamento de área

A impugnante requer o recálculo da área levantada para a operacionalização dos serviços de poda de gramado e micro trator.

A Prefeitura Municipal de Vitória possui o levantamento das áreas verdes no Plano Diretor de Arborização, estabelecido pelo Decreto Municipal n.º



17.699/2019, constante do Anexo Único, que pode ser acessado pelas empresas concorrentes no endereço eletrônico (<https://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2019/D17699.PDF>). O Plano Diretor de Arborização será disponibilizado às empresas concorrentes juntamente com o edital e os demais arquivos.

Consta do Plano Diretor de Arborização – PDA as áreas verdes totais do Município de Vitória, incluindo o maciço central e áreas de preservação ambiental.

O PDA está no anexo do Edital de Pregão Eletrônico n.º 172/2022 o Plano Diretor de Arborização.

Com relação à área máxima considerada para o cálculo dos itens de poda de gramado e micro trator, esta média se mantém devido ao dinamismo do município, que possui canteiros, que antes eram gramados e deixaram de ser posteriormente.

4.8 Da incompatibilidade de preços

4.8.1 Do valor do lanche

Considerando o Termo Aditivo à CCT ES000001/2022, registrado perante o Ministério do Trabalho sob o n.º ES00115/2022, a planilha de composição de custos foi atualizada para prever o valor de R\$4,30 (quatro reais e trinta centavos) por dia trabalhado a ser depositado em cartão alimentação.

4.8.2 Do valor do vale-transporte

A impugnante requer a atualização do valor orçado a título de vale-transporte, o que será corrigido na composição de custos, a fim de contemplar o preço atualizado da passagem de ônibus na Grande Vitória, a saber, R\$4,20 (quatro reais e vinte centavos).

4.8.3 Do valor dos combustíveis



O impugnante requer a atualização da tabela no que diz respeito ao preço dos combustíveis diante da defasagem ocasionada pela elevação vertiginosa dos preços praticados no mercado.

Conforme informação da Modus Engenharia, os valores utilizados referem-se aos preços praticados na data base das composições, portanto, não se torna viável que, a cada aumento de combustíveis, tenha-se que suspender uma licitação deste porte para que os cálculos sejam refeitos devido à defasagem dos preços orçados, sendo que há previsão no edital de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro.

4.8.4 Da rodagem dos pneus

A impugnante sustenta que houve superestimativa da capacidade de rodagem dos pneus para a execução do serviço licitado.

Contudo, a composição feita para a rodagem dos pneus está adequada à capacidade de rodagem relativa à prestação de serviços objeto do certame, feitas com fundamento nas planilhas da ANTP e GEIPOT, não sendo necessário o recálculo, eis que em conformidade com as orientações da Controladoria-Geral do Município.

4.8.5 Da data de fabricação dos veículos

A impugnante requereu a retificação da idade dos veículos de 05 (cinco) para 10 (dez) anos, sustentando que esta imposição é desarrazoada e poderia frustrar o caráter competitivo da licitação.

Conforme justificado em outras impugnações, considerando a vigência de 30 (trinta) meses do contrato, e a depreciação dos veículos no período, a idade dos veículos deve permanecer conforme descrito no Projeto Básico.

4.8.6 Quanto à ausência de previsão dos custos com reboque para transporte de banheiros químicos



PREFEITURA DE VITÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMAM
GABINETE DO SECRETÁRIO

A impugnante requer retificação da planilha de composição de custos para fazer constar o preço relativo ao reboque para transporte dos banheiros químicos.

De acordo com a empresa de consultoria Modus Engenharia Ltda, o valor adotado nas composições de preços já considera o banheiro químico e o respectivo equipamento de transporte (carreta rebocável).

4.8.7 Do serviço de plantio de árvores – da não contabilização de um motorista para caminhão Munck:

Sustenta a impugnante que deve ser adicionado à planilha de composição de custos os vencimentos de um motorista destinado a operar o caminhão médio.

Contudo, conforme manifestação da empresa de consultoria, a impugnante não observou que o segundo veículo somente será utilizado no plantio de árvores grandes, devendo ainda ter seu custo compartilhado com os serviços de retirada de árvores, e assim está considerado nas composições.

Esta Secretaria permanece à disposição para outros esclarecimentos.

Respeitosamente,

TARCISIO JOSE
FOEGER:07781
975731

Assinado de forma digital
por TARCISIO JOSE
FOEGER:07781975731
Dados: 2022.04.28
16:26:43 -03'00'

TARCISIO JOSÉ FÖEGER

Secretário Municipal de Meio Ambiente

RONALDO
NASCIMENTO
SIMÕES:09879270789

Assinado de forma digital por
RONALDO NASCIMENTO
SIMOES:09879270789
Dados: 2022.04.28 16:27:07
-03'00'

RONALDO NASCIMENTO SIMÕES

Coordenador de Arborização e Paisagismo